



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

30/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Demora em perícias pode gerar pagamento indevido de R\$ 6,6 bi em aposentadorias, alerta TCU

A demora na realização de perícias médicas pode gerar um pagamento indevido de R\$ 6,6 bilhões em aposentadorias por incapacidade permanente no período de um ano, alerta o TCU (Tribunal de Contas da União).

Uma auditoria financeira feita nas demonstrações de 2022 do FRGPS (Fundo do Regime Geral de Previdência Social) detectou um elevado número de perícias atrasadas para esse benefício e um baixo número de reavaliações conduzidas pelo governo federal, abrindo brechas para repasses irregulares.

O processo é relatado pelo ministro Jorge Oliveira e deve ser julgado nesta quarta-feira (30) pelo plenário da corte de contas.

O parecer da área técnica aponta a existência de 2,9 milhões de aposentadorias por incapacidade permanente (chamada antes de aposentadoria por invalidez) que estão há mais de dois anos sem passar por revisão, como manda a legislação.

No ano passado, foram realizadas apenas 3.547 perícias de revisão bienal dessa categoria de benefício —o equivalente a só 0,12% do estoque pendente. A partir dessas análises, 449 benefícios foram cessados (12,6% do total submetido a perícias médicas).

De posse desses dados, os auditores simularam o potencial de pagamentos indevidos. Se o percentual de 12,6% se mantiver constante, isso significaria que 367,9 mil segurados estariam recebendo os repasses sem fazer jus ao benefício.

Considerando o valor médio da aposentadoria por incapacidade permanente (R\$ 1.497,98), o prejuízo aos cofres públicos pode ser de R\$ 551,1 milhões mensais e de R\$ 6,6 bilhões ao ano.

"Verifica-se claramente que o represamento na realização de perícias médicas, além de consequências aos segurados, tem impacto direto no FRGPS, no caso, gerando um valor relevante de pagamento de benefícios que poderiam ser cessados", diz o relatório elaborado pela AudFinanceira (Unidade de Auditoria Especializada em Certificação de Contas).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de maio.

Já enviou a declaração? Saiba consultar se há pendências

Você é um dos 33,3 milhões de contribuintes que já entregou o Imposto de Renda 2023? Pois a sua tarefa não acabou no envio dos dados. É importante checar se a sua declaração foi aceita pela Receita Federal ou se caiu na malha fina. Para isso, o próprio Fisco fornece ferramentas que permitem ao contribuinte saber se a declaração foi processada, se está em fila de restituição ou se foram identificadas pendências. Quem enviou as informações pode acompanhar o processo pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para baixar em celular e tablet.

COMO CONSULTO NO APLICATIVO MEU IMPOSTO DE RENDA

É preciso ter login e senha no site gov.br. Caso não tenha o cadastro, clique aqui para saber como fazer.

Assim que o processo for feito, é disponibilizado o item "Declarações do IRPF", com o ano-exercício de cada declaração. No caso deste ano, consulte IRPF 2023. Por questão de segurança, a Receita traz apenas uma informação simplificada no app e disponibiliza as seguintes mensagens:

Não entregue: Declaração que ainda não foi entregue; **Aguardando processamento:** Declaração foi recebida, mas ainda está sendo processada; **Com pendências:** Declaração tem pendências e está na malha fina; **Intimação ou notificação emitida:** Declaração está na malha fina e há intimação para apresentação de documentos ou notificação de lançamento para a declaração; **Fila de restituição:** Declaração foi processada e o contribuinte terá direito à restituição, que ainda não foi disponibilizada; **Processada:** Declaração já foi processada pela Receita. Para quem tem imposto a pagar, o sistema mostrará se o pagamento já foi feito; **Cancelada:** Declaração foi cancelada pelo contribuinte ou por órgão, empresas e instituições financeiras.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de maio.

Mercado passa a ver inflação de 5,71% em 2023 e melhora cenário para PIB

Analistas consultados pelo BC (Banco Central) voltaram a reduzir suas expectativas para a inflação em 2023 após sinais de alívio no aumento dos preços, ao mesmo tempo que passaram a ver desempenho melhor da economia.

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou que a expectativa para a alta do IPCA em 2023 agora é de 5,71%, contra 5,80% na semana anterior.

Essa revisão vem na esteira de dados na semana passada que mostraram que o IPCA-15 subiu menos do que o esperado em maio, 0,51%, com a taxa em 12 meses recuando ao menor nível em cerca de dois anos e meio, de 4,07%.

Para 2024 a projeção para a alta dos preços permaneceu em 4,13%, e, para os dois anos seguintes, segue em 4,0%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e para 2024 e 2025 é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de maio.

Gasolina deve subir em 22 estados e no Distrito Federal com novo ICMS

Após duas semanas de queda, o preço da gasolina volta a ser pressionado no início de junho com a mudança no modelo de cobrança do ICMS, que passa a ter alíquota única em reais por litro em todos os estados.

A nova alíquota de R\$ 1,22 por litro, é R\$ 0,20 superior à média cobrada atualmente, segundo contas do consultor Dietmar Schupp, especializado em tributação de combustíveis. Os consumidores, porém, sentirão efeitos diferentes, dependendo do estado.

Isso acontece porque alguns estados praticavam alíquota maior do que os R\$ 1,22 por litro e, portanto, devem observar queda no preço do combustível. Segundo Schupp, enquadram-se nesse caso Amazonas, Piauí e Alagoas. Em Roraima, não há variação.

No restante do país, a pressão será por reajustes. O estado com maior expectativa de alta é Mato Grosso do Sul (R\$ 0,30 por litro), o que representaria elevação de 6% sobre o preço médio nos postos locais, de R\$ 4,94 por litro.

Em outros dez estados, a alta esperada é superior à média nacional, situando-se entre R\$ 0,25 e R\$ 0,29 por litro. Em São Paulo, a nova alíquota é R\$ 0,26 por litro superior à cobrada atualmente. No Rio de Janeiro, a diferença é de R\$ 0,11 por litro.

O novo modelo de cobrança do ICMS foi aprovado pelo Congresso em março de 2022, com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do setor de combustíveis, que via margem para fraudes no modelo anterior, em que cada estado praticava sua própria alíquota.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de maio.

IGP-M registra deflação de 1,84% em maio, após queda de 0,95% em abril, afirma FGV

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou deflação de 1,84% em maio, após queda de 0,95% em abril, informou nesta terça-feira a Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador caiu 4,47% nos últimos 12 meses. No ano, o índice acumula queda de 2,58%.

O IGP-M de maio veio no piso no intervalo das estimativas do mercado financeiro na pesquisa do Projeções Broadcast. A mediana era negativa em 1,61% e o teto, -1,05%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) aprofundou a deflação, de 1,45% em abril para 2,72% nesta leitura. Com o resultado, o indicador de preços no atacado cai 7,54% nos 12 meses encerrados em maio. Em 2023, o índice cede 4,34%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) acelerou de 0,46% em abril para 0,48% em maio. O índice sobe 3,37% em 12 meses e tem alta de 2,62% no ano. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) avançou de 0,23% para 0,40% no período e acumula alta de 6,32% em 12 meses e de 1,34% em 2023.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 30 de maio.